



## GT 015. Antropologia das Mobilidades Contemporâneas

André Dumans Guedes (GSO/UFF) -  
 Coordenador/a, Candice Vidal e Souza (PUC Minas) -  
 Coordenador/a, Luzimar Paulo Pereira  
 (Universidade Federal de Juiz de Fora) -  
 Debatedor/a

Este grupo de trabalho pretende abrigar pesquisas que tenham as mobilidades como objeto etnográfico. Buscamos dialogar com trabalhos que abordem as formas e significados de experiências, práticas e representações diversas sobre o deslocamento, em diferentes contextos socioespaciais e temporais. Para tal fim, sugerimos que os trabalhos tratem de uma ou mais das seguintes questões: 1) as formas de mobilidade ou deslocamento cotidiano, seus arranjos espaço-temporais característicos e sua relação com formas de organização de coletivos, identidades e institucionalidades; 2) as diferenças nos deslocamentos (ou nas imobilidades) pensadas em suas relações com as capacidades diferenciais dos sujeitos de se mover e ter acesso ao mundo, em razão de situações de classe, gênero, localização, etnia, idade ou valores religiosos e morais; 3) as propostas e reflexões metodológicas para o estudo de sujeitos em movimento. As mobilidades em questão podem situar-se no interior de áreas urbanas, rurais ou naturais; ou entre tais espaços. Nesse sentido, buscaremos orientar nossa discussão coletiva pelo diálogo com aquelas reflexões pioneiras sobre o tema surgidas dos estudos sobre o campesinato brasileiro. O que há de particularmente inspirador nestes estudos, balizando aqui nossa discussão, é a estratégia de analisar as múltiplas formas e modalidades de movimento conjuntamente com a diversidade de vocabulários, linguagens e formas narrativas de que se servem aqueles em deslocamento.

### **Botar e mexer, entrar e sair: notas sobre movimentos e cercamentos no Litoral do Piauí**

**Autoria:** Francisco Raphael Cruz Mauricio

Botar, mexer, entrar, sair, ficar cercado, a gente parou, a gente não consegue fluir. Essas palavras e expressões foram usadas pelos moradores da Pedra do Sal, povoado do Litoral do Piauí, para descrever situações vividas por eles na última década quando da instalação no lugar de projetos econômicos diversos, em especial os de geração de energia eólica. Esse vocabulário remete a temas que são abordados em estudos de populações camponesas e tradicionais tais como “deslocamento compulsório”, “desterritorialização” e “enclousures”. A pesquisa realizada com os moradores entre os anos de 2015 e 2017, indicou que na convivência com grandes projetos econômicos está a funcionar mais do que o cercamento de terras e a expropriação de recursos naturais, operando também o cercamento de pessoas e os seus movimentos cotidianos. É num presente percebido como cerco e perseguição do morador, que o passado é narrado como um viver liberto porque sem restrição a mobilidade pelo território, revelando ao observador como os movimentos através da praia, da mata, do igarapé e do mangue são parte da territorialidade daquela gente. É nesse presente também que algumas práticas como cortar cercas, negociar acessos e pescar na área do empreendimento atualizam aquela mobilidade identificada com o passado. Essa reflexão é parte de minha tese de doutorado em sociologia dedicada a compreender a construção da territorialidade dos moradores da Pedra do Sal através de suas interações com diversos agentes ao longo do tempo.

[Trabalho completo](#)



## Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

**Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA**  
**Diretoria da ABA 2017/2018**  
**Comissão Organizadora da 31ª RBA**

**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

